EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 097/2017

PREGÃO PRESENCIAL N.º 053/2017

OBJETO: Aquisição de medicamentos e materiais odontológicos, conforme especificações constantes do Anexo V (Termo de Referência).

ABERTURA DA SESSÃO DO PREGÃO PRESENCIAL:

Dia: 30/06/2017 às 09:00h (nove horas).

Não havendo expediente nas datas supracitadas, o credenciamento e a abertura da sessão ficarão prorrogados para o primeiro dia útil subsequente, nos mesmos horários.

LOCAL: Rua Marinho Carlos de Souza, 05, Centro, Divino, CEP: 36.820-000, Setor de Licitações.

CONSULTAS AO EDITAL: na sala de Licitações, à Rua Marinho Carlos de Souza, 66, Centro, Divino, CEP: 36.820-000, Setor de Licitações.

ESCLARECIMENTOS: telefax(32) 3743-1156 ou na sala de Licitações.

PREÂMBULO

O Município de Divino, com sede administrativa no endereçoaRua Marinho Carlos de Souza, 66, Centro, Divino, CEP: 36.820-000, inscrito no CNPJ sob o nº 18.114.272/0001-88, isento de inscrição estadual, torna pública a abertura do Processo Licitatório nº 097/2017, na modalidade Pregão Presencial nº 053/2017, tipo menor preço, regido pela Lei Federal n.º 10.520, de 17/7/2002, Lei Federal nº 8.666/1993, Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006 e demais condições fixadas neste edital.

Os trabalhos serão conduzidos pela Pregoeira do Município de Divino, Srª. Luziane Piler Gonçalves e Equipe de Apoio.

I – OBJETO

Aquisição de medicamentos e materiais odontológicos, conforme especificações constantes do Anexo V (Termo de Referência).

II – ÁREA SOLICITANTE

Secretaria Municipal de Saúde.

III - CONSULTAS, ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

1 - Cópia deste Edital estará disponível no endereço mencionado no preâmbulo, na sala de Licitações, no endereço: Rua Marinho Carlos de Souza, 66, Centro, Divino, CEP: 36.820-000, no horário de 08 às 11 horas e de 13 às 16 horas.

2 - A impugnação aos termos deste edital perante a Comissão de Licitações quanto a possíveis falhas ou irregularidades, poderá ser feita por qualquer cidadão até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a entrega das propostas.

3 - Se feita por licitante, a impugnação poderá ser protocolizada até 2 (dois) dias antes da data de entrega das propostas.

4- As impugnações deverão ser formalizadas por escrito e endereçadas a Pregoeiranoendereço:Rua Marinho Carlos de Souza, 66, Centro, Divino, CEP: 36.820-000, Setor de Licitações.

5 - O Município não se responsabilizará por impugnações endereçadas via postal, e-mail ou por outras formas, entregues em locais diversos do mencionado no item acima, e que, por isso, não sejam protocolizadas no prazo legal.

6- A decisão do(a) Pregoeira será enviada ao impugnante via fac-símile ou e-mail ou qualquer outro meio idôneo.

IV - APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA COMERCIAL E DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

1 - A Documentação de Habilitação e a Proposta Comercial deverão ser apresentadas, em envelopes distintos, colados e indevassáveis, contendo em sua parte externa, as seguintes informações:

AO(A) PREGOEIRA DO MUNICÍPIO DE DIVINO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 097/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 053/2017

“DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO”

RAZÃO SOCIAL E ENDEREÇO

AO(A) PREGOEIRA DO MUNICÍPIO DE DIVINO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº097/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 053/2017

“PROPOSTA COMERCIAL”

RAZÃO SOCIAL E ENDEREÇO

V - CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

1 - Poderão participar desta licitação pessoas jurídicas do ramo pertinente ao objeto licitado, que cumpram plenamente os requisitos de habilitação, a teor do art. 4º, VII da Lei Federal nº 10.520/02, sob pena de responsabilização nos termos da lei.

1.1 - Participarão da sessão do Pregão Presencial os representantes dos licitantes efetivamente credenciados.

2 - Não poderá participar da presente licitação pessoa jurídica:

2.1 - suspensa de participar em licitação e impedida de contratar com o Município;

2.2 - declarada inidônea para licitar ou contratar com quaisquer órgãos da Administração Pública;

2.3 - impedida de licitar e contratar com o Município;

2.4 - em consórcio;

2.5 - com falência decretada;

2.6 - cujo objeto social não seja compatível com o objeto desta licitação.

3 - A observância das vedações do item anterior é de inteira responsabilidade do licitante que, pelo descumprimento, se sujeita às penalidades cabíveis.

VI - CREDENCIAMENTO

1 - Os representantes dos licitantes deverão se apresentar para credenciamento junto a Pregoeira, devidamente munidos de: carteira de identidade ou documento legal equivalente, documento que o credencie a participar deste certame - procuração por instrumento público ou particular, acompanhada do respectivo contrato social ou equivalente, através da qual lhe sejam atribuídos poderes para apresentar proposta, formular lances e praticar todos os atos em direito admitidos e pertinentes ao certame, em nome do licitante.

2 - O sócio, proprietário ou dirigente da empresa licitante deverá apresentar carteira de identidade ou documento legal equivalente e o respectivo Estatuto ou Contrato Social atualizado.

3 - O documento de credenciamento poderá obedecer ao modelo do Anexo II e, se não o fizer, deverá conter todos os dados informativos necessários ao credenciamento.

4 - O representante, nomeado pelo licitante para participar dos lances verbais, deverá apresentar, além do documento de credenciamento, o respectivo Estatuto ou Contrato Social atualizado, ou documento equivalente.

5 - O licitante ou seu representante deverá apresentar declaração de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, a teor do art. 4º, inciso VII, da Lei Federal nº. 10.520, de 17/07/2002, conforme modelo estabelecido no Anexo IV, documento este, que deverá ser apresentado junto com o documento de Credenciamento (Anexo II), quando for o caso, ou seja, não deverá ser colocado dentro do envelope de “Documentação de Habilitação”.

6 - Caso o licitante encaminhe a Proposta Comercial e a Documentação para Habilitação via postagem, será considerado que o licitante cumpre plenamente os requisitos mencionados no Anexo IV.

7 - O licitante que cumprir os requisitos legais para qualificação como Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), art. 3º da Lei Complementar n.º 123/2006, e que não estiver sujeito a quaisquer dos impedimentos do § 4º deste artigo, caso tenha interesse em usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da lei citada, deverá comprovar sua condição de ME ou EPP, por meio de declaração, conforme modelo do Anexo VI.

7.1 - O licitante que apresentar declaração falsa responderá por seus atos, civil, penal e administrativamente.

8 - O credenciamento do licitante ou de seu representante legal junto a Pregoeira implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de sua capacidade legal para realização das transações inerentes ao Pregão Presencial.

9 - Somente o licitante que estiver devidamente credenciado poderá participar da fase de lances verbais.

10 – A critério da Administração e antes de iniciada a sessão de julgamento das propostas comerciais e respectiva fase de habilitação, (Título IX, Item 1 deste Edital), poderá ser oportunizado aos licitantes o saneamento de

eventuais omissões relativas ao credenciamento, em especial a juntada de documentos, desde que não traga prejuízos ao prosseguimento do presente processo.

VII - PROPOSTA COMERCIAL

1 - A proposta comercial poderá ser apresentada conforme modelo do Anexo I, ou em modelo próprio, desde que contenha todas as informações ali previstas, com identificação da pessoa jurídica proponente, número registrado no CNPJ, endereço, números de telefone e fac-símile, e-mail e assinatura do seu representante legal ou credenciado, devidamente identificado e qualificado sem emendas, borrões, rasuras, ressalvas, entrelinhas ou omissões, salvo se, inequivocadamente, tais falhas não acarretarem lesões ao direito dos demais licitantes, prejuízo à administração ou não impedirem a exata compreensão de seu conteúdo, constando descrição completa do objeto conforme especificações constantes do Anexo V.

2 - Todas as condições previstas no Termo de Referência, Anexo V, deverão ser observadas com vistas à elaboração da proposta comercial.

3 - A Proposta Comercial terá validade por, no mínimo, 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

3.1 - Caso esse prazo não esteja expressamente indicado na Proposta Comercial, o mesmo será considerado válido pelo período de 60 (sessenta) dias contado da data de apresentação da proposta comercial.

4 - Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista no edital.

5 - Havendo divergência entre o preço unitário e preço total, considera-se o preço unitário.

6 - Toda a especificação estabelecida para o objeto será tacitamente aceita pelo licitante, no ato da entrega de sua proposta comercial.

VIII - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

1 - O licitante que ofertar o menor preço deverá apresentar a seguinte documentação em original ou por qualquer processo de cópia, autenticada por cartório competente ou pela Pregoeira ou por funcionário por ele indicado ou publicação em órgão de imprensa oficial:

1.1 - Registro Comercial (caso de empresa individual);

1.2 - Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor e sua última alteração, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de deus administradores;

1.3 - Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício;

1.4 - Decreto de Autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

1.5 - Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

1.6 - Declaração expressa de que o licitante não emprega trabalhador nas situações previstas no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, conforme modelo constante do Anexo III;

1.7 - Prova de regularidade para com a Fazenda Federal do domicílio ou sede do licitante, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos à Tributos e Contribuições Federais, e à Dívida Ativa da União fornecida pela Secretaria da Receita Federal ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

1.8 - Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Estado;

1.9 - Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Município;

1.10 - Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, emitida pela Caixa Econômica Federal;

1.11 - Prova de regularidade relativa à seguridade social - Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, emitida pelo órgão competente.

1.12 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943;

2 - Os documentos relacionados no item 1 deste Título poderão ser substituídos pelo Certificado de Registro Cadastral - CRC, do Município de Divino, em vigor na data da realização do Pregão, desde que expressamente indicados no referido cadastro.

2.1 - a apresentação do CRC não dispensa a apresentação do ato constitutivo, estatuto ou contrato social e alterações em vigor, devidamente registrado, ou instrumento público ou particular de procuração, ou Carta de Credenciamento, com vistas à conferência da assinatura do representante legal aposta nos documentos.

2.2 - No caso de não constar no CRC do Município de Divino quaisquer documentos exigidos no item 1 deste Título, o licitante deverá complementar a documentação exigida.

2.3 - Se os documentos relacionados no item 1 deste Título, indicados no CRC do Município de Divino, estiverem com os prazos vencidos, deverão ser apresentados novos documentos, em vigor.

3 –APregoeira poderá efetuar consulta à pasta de cadastro de fornecedores da Prefeitura Municipal de Divino, para fins de aferição de dados omissos no Certificado Registro Cadastral – CRC, e ainda ao site dos órgãos responsáveis pela emissão das certidões relacionadas nos itens acima mencionados, para confirmação e autenticidade das certidões emitidas.

4 - Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome do licitante e, preferencialmente, com número do CNPJ e endereço respectivo, observando-se que:

4.1 - se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;

4.2 - se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial;

4.3 - se o licitante for matriz, e o executor do contrato for filial, deverão ser apresentados tanto os documentos da matriz quanto os da filial;

4.4 - serão dispensados da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

5 - A Microempresa - ME e a Empresa de Pequeno Porte - EPP deverão apresentar toda a documentação exigida para a habilitação, inclusive os

documentos comprobatórios da regularidade fiscal, mesmo que estes apresentem alguma restrição.

5.1 - Havendo restrição nos documentos comprobatórios da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a ME ou EPP for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério do Município, para regularização da documentação.

5.2 - A prorrogação do prazo para a regularização fiscal dependerá de requerimento, devidamente fundamentado, a ser dirigido ao(a) Pregoeira.

5.3 - Entende-se por tempestivo o requerimento apresentado nos 05 (cinco) dias úteis inicialmente concedidos.

5.4 - A não regularização da documentação, no prazo previsto neste item, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93, sendo facultado ao(a) Pregoeiraconvocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou submeter o processo à Autoridade Competente para revogação.

6 - Os documentos exigidos neste edital deverão ser apresentados com vigência plena na data fixada para sua apresentação.

6.1 –As certidões que não possuírem prazo de vigência estabelecido pelo órgão expedidor, deverão ser datadas dos últimos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data de abertura do Pregão.

7 - Os documentos mencionados neste Título não poderão ser substituídos por qualquer tipo de protocolo, ou apresentados por meio de discos magnéticos.

8 - A apresentação dos documentos em desacordo com o previsto neste Título ou a sua ausência inabilitará o licitante.

9 - Uma vez incluído no processo licitatório, nenhum documento será devolvido, salvo os originais substituídos por cópias reprográficas autenticadas.

IX - PROCEDIMENTOS DA SESSÃO DO PREGÃO

1 - Após o encerramento do credenciamento e identificação dos representantes das empresas licitantes, no horário determinado, a Pregoeira declarará aberta a sessão do Pregão, oportunidade em que não mais se aceitarão novos licitantes, dando-se início ao recebimento dos envelopes contendo a Proposta Comercial e os Documentos de Habilitação.

2 - Classificação das Propostas Comerciais:

2.1 - Abertos os envelopes de Propostas Comerciais, estas serão analisadas verificando-se o atendimento a todas as especificações e condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, sendo imediatamente desclassificadas aquelas que estiverem em desacordo.

2.1.1 - Na hipótese de ser necessária a realização de diligências para comprovação da exequibilidade dos preços, a sessão poderá ser suspensa, sendo agendada nova data e horário para sua continuidade.

2.2 –APregoeira classificará a proposta de menor preço por item e aquelas que tenham valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento) à proposta de menor preço, para que seus autores devidamente credenciados participem dos lances verbais.

2.3 - Se não houver no mínimo 3 (três) propostas comerciais nas condições definidas no subitem anterior, a Pregoeira classificará as melhores propostas subsequentes, até que se alcance o numero máximo de 3 (três) propostas, para que seus autores credenciados participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas apresentadas.

3 - Lances Verbais

3.1 - Aos licitantes classificados e devidamente credenciados, para participação na etapa de lances, será dada a oportunidade de nova disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, de valores distintos, a partir do autor da proposta classificada de maior preço aos demais e em ordem decrescente de valor.

3.2 - Se duas ou mais propostas, em absoluta igualdade de condições, ficarem empatadas, será realizado sorteio, para definir a ordem de apresentação dos lances.

3.3 - Apenas serão aceitos lances cujos valores forem inferiores ao último lance registrado pela Pregoeira.

3.4 - A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pela Pregoeira, implicará na exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de posterior ordenação das propostas.

4 – Julgamento

4.1 - O critério de julgamento será o de **MENOR PREÇO POR ITEM.**

4.2 - Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas às ofertas, a Pregoeira examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, de acordo com os critérios estabelecidos neste edital, decidindo motivadamente a respeito.

4.2.1 - Caso não se realizem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado da contratação.

4.2.2 - Em havendo apenas uma oferta e desde que esta atenda a todos os termos do edital e que seu preço seja compatível com o valor estimado da contratação, esta poderá ser aceita.

4.3 - Se a proposta não for aceitável ou o licitante não atender às exigências habilitatórias, a Pregoeira examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à verificação das condições de habilitação do licitante, e, assim, sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto deste edital, para o qual tenha apresentado proposta.

4.4 - Sendo aceitável a oferta de menor preço, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação do licitante que a tiver formulado, para confirmação das suas condições habilitatórias.

4.5 - Apurada a melhor proposta que atenda ao edital, a Pregoeira poderá negociar com o proponente para que seja obtido melhor preço.

4.6 – Ocorrendo o empate e comprovada a condição de ME ou EPP, na fase de credenciamento dos licitantes, nos termos do item 7 do Título VI, proceder-se-á da seguinte forma:

4.6.1 - Como critério de desempate, será assegurada preferência de contratação para as microempresas ou empresas de pequeno porte, entendendo-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% superiores á melhor proposta classificada na fase de lances;

4.6.2 - A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

4.6.3 - Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do subitem anterior, serão convocadas as MEs ou EPPs remanescentes, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

4.6.4 - No caso de equivalência de valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte, que se encontrem enquadradas no disposto no subitem 4.6.1, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar a melhor oferta;

4.6.5 - Na hipótese da não contratação nos termos previstos nos subitens 4.6.2 e 4.6.3, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

4.7 - O procedimento previsto no subitem 4.6 somente será aplicado quando a melhor oferta inicial, apurada na fase de lances, não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

4.8 - No caso de participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte ou participação exclusiva de empresas comuns e, ocorrendo empate entre duas ou mais propostas, e, após obedecido o disposto no § 2º do Art. 3º da Lei Federal 8.666/93, a classificação se fará, obrigatoriamente, por sorteio, para o qual todos os licitantes serão convocados.

5 - Da reunião lavrar-se-á Ata circunstanciada da sessão, na qual serão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes, e que, ao final, será assinada pela Pregoeira, Equipe de Apoio e pelos licitantes.

6 - Decididos os recursos ou transcorrido o prazo para sua interposição, a Pregoeira devolverá aos licitantes, exceto aos vencedores, os envelopes “DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO”.

7 - A Comissão Permanente de Licitação poderá, no julgamento das propostas desconsiderar evidentes falhas formais sanáveis e que não afetem o seu conteúdo.

X - RECURSOS E CONTRARRAZÕES

1 - Após a declaração do vencedor, durante a Sessão do Pregão, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, cuja síntese será lavrada em ata, sendo concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos, na sala de Licitações.

2 - Se as razões do recurso forem apresentadas na Sessão do Pregão, estas serão reduzidas a termo na respectiva Ata, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar contrarrazões no mesmo prazo, contados da lavratura da Ata, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

3 - A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso.

4 - Os recursos e respectivas contrarrazões deverão obedecer aos seguintes requisitos, sob pena de não serem conhecidos:

4.1 - ser dirigido ao Prefeito Municipal, aos cuidados do(a) Pregoeira(o), no prazo de 5 (cinco) dias úteis, conforme estabelecido no item 1 deste Título;

4.2 - ser dirigido ao Prefeito Municipal, nos casos de anulação ou revogação, no prazo de 5 (cinco) dias úteis;

4.3 - ser apresentado em uma via original, contendo razão social, CNPJ e endereço da empresa, rubricado em todas as folhas e assinado pelo representante legal ou credenciado do licitante, devidamente comprovado;

4.4 - ser protocolizado na sala de Licitações da sede administrativa do Município, na Rua Marinho Carlos de Souza, 66, Centro, Divino, CEP: 36.820-000.

5 - O Município não se responsabilizará por memoriais de recursos e contrarrazões endereçados via postal ou por outras formas, entregues em locais diversos da Sala de Licitações e que, por isso, não sejam protocolizados no prazo legal.

6 - O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

7 - O recurso será apreciado pela Pregoeira, que poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir devidamente informado à autoridade superior, que decidirá no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso.

8 - A decisão acerca de recurso interposto será divulgada por meio de publicação no hall de entrada no endereço mencionado no preâmbulo e/ou publicação no órgão de publicação dos atos oficiais do Município ou intimação direta ao recorrente.

XI - ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

1 - Inexistindo manifestação recursal, o(a) Pregoeira adjudicará o objeto ao licitante vencedor, competindo à autoridade competente homologar o procedimento licitatório.

2 - Decididos os recursos porventura interpostos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente adjudicará o objeto ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

XII - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

O licitante que deixar de entregar a documentação exigida para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do objeto do certame, não mantiver a proposta, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública do Município e, se for o caso, será descredenciado do Cadastro de Fornecedores do Município, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital.

XIII - DISPOSIÇÕES GERAIS

1 - Constituem anexos deste Edital, dele fazendo parte integrante:

Anexo I – Modelo de Proposta Comercial;

Anexo II – Modelo de Carta de Credenciamento;

Anexo III – Modelo de Declaração de Empregador Pessoa Jurídica;

Anexo IV – Modelo de Declaração em cumprimento ao art. 4°, inciso VII, da Lei Federal nº 10.520, de 17/02/2002;

Anexo V – Termo de Referência;

Anexo VI - Modelo de Declaração de Condição de ME ou EPP;

Anexo VII – Minuta do Contrato.

2 - O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase desta licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata desclassificação ou inabilitação do licitante,

ou o cancelamento dos preços registrados, sem prejuízo das sanções administrativas, civis e penais cabíveis.

3 - Uma vez incluído no processo licitatório, nenhum documento será devolvido, salvo se original a ser substituído por cópia reprográfica autenticada ou tratar-se dos envelopes de licitantes desqualificados e envelopes "Documentação de Habilitação" de licitantes cujas propostas tenham sido desclassificadas.

4 - Na análise da documentação e no julgamento das Propostas Comerciais, o(a) Pregoeira poderá, a seu critério, solicitar o assessoramento técnico de órgãos ou de profissionais especializados.

5 - Toda a documentação apresentada neste Edital e seus anexos são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe que se mencione em um documento e se omita em outro será considerado especificado e válido.

6 –APregoeira, no interesse da Administração, poderá adotar medidas saneadoras, durante o certame, e relevar omissões e erros formais, observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente, sendo possível a promoção de diligências junto aos licitantes, destinadas a esclarecer a instrução do processo, conforme disposto no art. 43, § 3° da Lei Federal nº 8.666/93.

6.1 - Se houver solicitação de documentos, estes deverão ser apresentados em original ou em cópia autenticada por cartório, sendo possível, ainda, a autenticação dos mesmos pela Pregoeira ou Equipe de Apoio.

6.2 - O não cumprimento da diligência poderá ensejar a desclassificação da proposta ou inabilitação do licitante.

7 – A participação do licitante nesta licitação implica o conhecimento integral dos termos e condições inseridas neste Edital, bem como das demais normas legais que disciplinam a matéria.

8 - A presente licitação não importa, necessariamente, em contratação, podendo o Município revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fatos supervenientes comprovados ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação, mediante ato escrito e fundamentado.

9 - O Município poderá prorrogar, por conveniência exclusiva, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura.

10 - Para fins de comprovação no tocante ao enquadramento como microempresas (ME) ou empresas de pequeno porte (EPP) no presente processo licitatório, serão aceitos como meio hábil a apresentação de um dos seguintes documentos:

10.1 - Certidão expedida pela Junta Comercial declarando a condição, conforme o caso, de ME ou EPP ou documento equivalente; ou

10.2 - Declaração na forma do anexo VI deste instrumento convocatório.

11 - Em se tratando de sociedade cooperativa equiparada à ME ou EPP a comprovação se dará por meio de apresentação de documento hábil de forma a demonstrar a aferição, no ano-calendário anterior, receita bruta correspondente aos limites definidos no inciso II do art. 3° da Lei Complementar n° 123, de 2006, nela incluídos os atos cooperados e não cooperados.

12- Fica eleito o foro da Comarca de Divino, Estado de Minas Gerais, para dirimir eventuais conflitos de interesses decorrentes desta licitação, valendo esta cláusula como renúncia expressa a qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

Divino/MG, 06 de junho 2017.

_____
Luziane Piler Gonçalves
Pregoeira

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 097/2017

PREGÃO PRESENCIAL N.º 053/2017

ANEXO I - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

Licitante:

CNPJ:

Endereço:

Lote A - Medicamentos

DESCRIÇÃO	QTD.	UN.	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOT.
Acebrofilina xarope adulto	500	FR			
Acidoacetilsalicilico 100 mg	250000	CR			
Acidoaminocaproicoinj 20ml	40	AM			
Acidofolico 0,2 mg/ml solucal	500	CR			
Agulha insulinac/ caneta 5mm	5000	UN			
Alendronato de sodio 10 mg	9000	CR			

Alprazolam 0,25mg	5000	CR			
Alprazolan 2mg	3000	CR			
Amiodarona 200 mg	28000	CR			
Amoxicilina 500mg	50000	CR			
Anlodipinobesilato 10mg	60000	CR			
Atorvastatina 10mg	3000	CR			
Benzoato de benzila 60 ml	500	FR			
Besilato de anlodipino 5 mg	90000	CR			
Betaistinadicloridrato 16 mg	3000	CR			
Bitartarato de adrenalina	1200	AM			
Bromazepan 6mg	12000	CR			
Butilbrometo dipirona 20 mg	3800	AM			
Candesartanacilexetila 8 mg	3000	CR			
Carbamazepina 400mg	46620	CR			
Cefalotina 1g injetavel	200	AM			
Cetirizina 10mg	1500	CR			
Cetoconazol 2% creme 30gr	600	TU			
Ciclopiroxolaminaassociacs	15	FR			
Cimetidina 300 mg injet 2ml	800	AM			
Claritromicina 250mg	15000	CR			
Claritromicina 250 mg	15000	CR			
Claritromicina 500mg	30000	CR			
Cloridrato de fexofenadina 180	1500	CR			
Cloridrato de trazodona 50mg	4500	CR			

Clorpromazina cloridrato 40mg	500	FR			
Clortalidona 12,5mg	3000	CR			
Clotrimazol creme vaginal 20gr	300	TU			
Cloxazolam 1 mg	10000	CR			
Cloxazolam 2 mg	6000	CR			
Coltraxinjetavel 4mg/2ml	300	AM			
Dalteparina 12.500 ui/ml	400	UN			
Deslanosido 0,2mg injetav 2ml	400	AM			
Dexametasona 1mg/ml sus	300	FR			
Dexametasona creme 10 gr	3500	TU			
Dexclorfeniramina 0,4 mg/ml xl	3000	FR			
Diosmina 450mg hesperidina 50m	6000	CR			
Dipirona cafeinaisometept	3000	CR			
Dipirona sodica 500 mg	50000	CR			
Dipirona sodica 500 mg gotas l	4000	FR			
Dipirona sodica,clor.prometazi	1500	CR			
Dipropionato de betametasona	25	TU			
Dispositivo intra-uterinotcu	500	UN			
Eritromicina 500 mg	10000	CR			
Eritromicina 50 mg/ml suspensl	300	FR			
Espironolactona 100mg	1200	CR			

Estreptoquinase 250.000 ui	50	AM			
Fenitoinasodica 25mg	2000	FR			
Flunarizinadiidroergocristina	1800	CR			
Flunitrazepan 1mg	2000	CR			
Furosemida 20mg injetavel 2ml	1300	AM			
Glicose hipertonica 50%	1200	AM			
Glucagon injetavel 1mg iv	1.000.000	AM			
Hidroxido de aluminio 100ml	200	FR			
Hidroxido de aluminio 300 mg	6000	CR			
Ibuprofeno 200 mg	30000	CR			
Insulina humana nph 100ui	1500	FR			
Insulina humana reg. 100uil/ml	300	FR			
Iodeto de potassio xarope 100l	300	FR			
Irbezartanahidroclorotiazi	1000	CR			
Levodopabenserazida 100 g	20000	CR			
Levodopabenserazida 200 g	20000	CR			
Levodopacarbidopa 200 50g	12000	CR			
Losartanahidroclorotiazida	5600	CR			
Macrogol 3350 com eletrolitos	600	UN			
Mesalazina 1000mg	3000	CR			
Mesalazina 400mg	5000	CR			
Mesalazina 500mg	3000	CR			
Mesalazina 800mg	3000	CR			
Metformina 750mg	4000	CR			

Metoclopramida 10 mg	15000	CR			
Metoclopramida 10 mg injet 2ml	2000	AM			
Metronidazol 400mg	25000	CR			
Metronidazolsuspensao oral	800	FR			
Naproxeno 500mg	2100	CR			
Neomicina bacitracina	5000	TU			
Nimesulida 100mg	9000	CR			
Nimodipino 30 mg	4000	CR			
Nistatinasuspensao 50 ml	300	FR			
Nitrofurantoina 100mg	10000	CR			
Nitrofuratoina 100mg	50000	CR			
Nitrofurazona pomada 500 gr	60	P			
Olanzapina 2,5mg	6800	CR			
Olanzapina 5 mg	5000	CR			
Omeprazol 20mg	300000	CR			
Oxcarbazepina 300mg	3000	CR			
Penicilina g procaina 400.000	400	AM			
Pentoxifilina 400mg	3000	CR			
Pipotiazina l4 100mg inj. 4ml	80	AM			
Pirimetamina 25 mg	12000	CR			
Prednisona 5mg	41800	CR			
Risperidona 0,5 mg	6000	CR			

Rosuvastatina 20mg	1800	CR			
Salbutamol sol oral 120 ml	200	FR			
Sertralina 25 mg	10000	CR			
Shampoo zn	25	UN			
Stiproxal shampoo	15	FR			
Sulfadiazina de prata 400 gr	100	P			
Sulfam. Trimetoprima 40 8mg	400	FR			
Sulfato de atropina 0,50mg	300	AM			
Tacrolimo 5mg	3000	CR			
Tenoxicam 20 mg injetavel	300	AM			
Topiramato 100mg	6000	CR			
Tramadol paracetamol	2000	CR			
Trazodona 100 mg	300	CR			
Vitamina c	3000	CR			
Zuclopentixol 200 mg injetavel	60	AM			

Lote B – Materiais odontológicos

DESCRIÇÃO	QUANT	UN.	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
Algodão de roletes	50	UN			
Avental de proteção para RX	10	UN			
Brocas 3195 FF	05	UN			

Brocas nº2068	05	UN			
Brocas nº2135	05	UN			
Brocas nº4137	05	UN			
Brocas nº4138	05	UN			
Brocas nº4138FF	05	UN			
Brocas Pedra Arkansas branca (chama 4702)	05	UN			
Brocas nº 1090	05	UN			
Brocas nº 1092	05	UN			
Brocas nº 1095	05	UN			
Brocas nº 1014 HL	05	UN			
Brocas nº 1016 HL	05	UN			
Brocas nº1019	05	UN			
Brocas nº1029	05	UN			
Brocas nº 1043	05	UN			

Brocas nº1046	05	UN			
Brocas nº1036	05	UN			
Brocas nº1112 F	05	UN			
Brocas nº 1112 FF	05	UN			
Brocas nº 2112	05	UN			
Brocas nº 2134 FF	05	UN			
Broca Tungstênio Corte Cruzado em Chama Fina Nº 302901	05	UN			
Broca CA 006	05	UN			
Broca CA 004	05	UN		L	
Broca 018	05	UN			
Broca 8	05	UN			
Broca 014	05	UN			
Broca 023	05	UN			
Caneta baixa rotação kavo	03	UN			

Carbono cx	05	CXS			
CIV F pó e líquido	06	UN			
CIV R pó e liquido	06	UN			
Cuba rim	01	UN			
Escova dental adulto (mais barata)	300	UN			
Esponja Hemostaticacx	15	CXS			
Flúor verniz	02	UN			
Lamina de bisturi n°15	02	CXS			
Macro modelo de Boca c/ escova gigante	02	UN			
Mandril para disco de lixa	01	UN			
Matriz de poliester	02	UN			
Microbush c/100 un	12	UN			
Moldeira Plástica N.02 Superior/ Inferior com 2 (Morelli)	02	UN			
Moldeira Plástica N.03 Superior/ Inferior com 2 (Morelli)	02	UN			
Moldeira Plástica N.04 Superior/ Inferior com 2 (Morelli)	02	UN			
Moldeira Plástica N.05 Superior/ Inferior com 2 (Morelli)	02	UN			
Moldeira Plástica N.06 Superior/ Inferior com 2 (Morelli)	02	UN			

Moldeira Plástica N.07 Superior/ Inferior com 2 (Morelli)	02	UN			
Moldeira Plástica N.08 Superior/ Inferior com 2 (Morelli)	02	UN			
Pasta dental comum 50g	500	UN			
Papel grau cirúrgico 200x100mm	03	UN			
Placa de Vidro	01	UN			
Pinça goiva	01	UN			
Ponta de polimento para resina kit	01	UN			
Porta algodão	01	UN			
Saca Broca	02	UN			
Suporte para coletor descarpak de 7 litros	10	UN			
villevie	02	UN			

Local e data: _____, ____/____/____

_____
Carimbo e Assinatura

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 097/2017

PREGÃO PRESENCIAL N.º 053/2017

ANEXO II - MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO

Pelo presente instrumento, credenciamos o(a) Sr.(a) _____, portador(a) do Documento de Identidade n.º _____, inscrito no CPF sob o nº _____, como representante da licitante _____, inscrita no CNPJ ou no CPF sob o nº _____, para participar da licitação acima referenciada, instaurada pelo Município, na qualidade de representante legal, outorgando-lhe plenos poderes para pronunciar-se em seu nome, bem como formular proposta comercial, assinar documentos, requerer vista de documentos e propostas, interpor recurso e praticar todos os atos inerentes ao certame, a que tudo daremos por firme e valioso.

Local, ____ de _____ de 201__.

Assinatura: _____

Nome legível: _____

Qualificação: _____

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 097/2017

PREGÃO PRESENCIAL N.º 053/2017

ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÃO DE EMPREGADOR PESSOA JURÍDICA

_____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a) _____, portador do Documento de Identidade nº _____ e inscrito no CPF sob o nº _____, DECLARA, sob as penas da lei, em cumprimento ao disposto no art. 7º, XXXIII da Constituição da República, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( ).
(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

_____, ____ de _____ de 201_.

Assinatura (representante legal): _____

Qualificação: _____

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 097/2017

PREGÃO PRESENCIAL N.º 053/2017

ANEXO IV - DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO

_____**,** inscrita noCNPJ sob o nº, _____, por intermédio de seu representante legal ou credenciado, Sr(a) _____, portador do Documento de Identidade nº _____ e inscrito no CPF sob o nº _____, **DECLARA** cumprir plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital de Licitação acima referenciado, a teor do art. 4º, VII da Lei Federal nº 10.520/02, sob pena de responsabilização nos termos da lei.

_____, ____ de _____ de 201_.

Assinatura: _____

Qualificação: _____

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 097/2017

PREGÃO PRESENCIAL N.º 053/2017

ANEXO V – TERMO DE REFERÊNCIA

1 - JUSTIFICATIVA

1.1 -Há necessidade de permanente fornecimento do objeto licitado, para atendimento aos usuários da Secretaria Municipal de Saúde. Consiste na Aquisição de medicamentos e materiais odontológicos.

1.2 - ESPECIFICAÇÕES, QUANTIDADES

DESCRIÇÃO	QTD.	UN.
Acebrofilina xarope adulto	500	FR
Acidoacetilsalicilico 100 mg	250000	CR
Acidoaminocaproicoinj 20ml	40	AM
Acidofolico 0,2 mg/ml solucal	500	CR
Agulha insulinac/ caneta 5mm	5000	UN
Alendronato de sodio 10 mg	9000	CR
Alprazolam 0,25mg	5000	CR
Alprazolan 2mg	3000	CR
Amiodarona 200 mg	28000	CR
Amoxicilina 500mg	50000	CR
Anlodipinobesilato 10mg	60000	CR
Atorvastatina 10mg	3000	CR
Benzoato de benzila 60 ml	500	FR
Besilato de anlodipino 5 mg	90000	CR
Betaistinadicloridrato 16 mg	3000	CR
Bitartarato de adrenalina	1200	AM
Bromazepan 6mg	12000	CR
Butilbrometo dipirona 20 mg	3800	AM
Candesartanacilexetila 8 mg	3000	CR
Carbamazepina 400mg	46620	CR
Cefalotina 1g injetavel	200	AM
Cetirizina 10mg	1500	CR
Cetoconazol 2% creme 30gr	600	TU

Ciclopiroxolaminaassociacs	15	FR
Cimetidina 300 mg injet 2ml	800	AM
Claritromicina 250mg	15000	CR
Claritromicina 250 mg	15000	CR
Claritromicina 500mg	30000	CR
Cloridrato de fexofenadina 180	1500	CR
Cloridrato de trazodona 50mg	4500	CR
Clorpromazina cloridrato 40mg	500	FR
Clortalidona 12,5mg	3000	CR
Clotrimazol creme vaginal 20gr	300	TU
Cloxazolam 1 mg	10000	CR
Cloxazolam 2 mg	6000	CR
Coltraxinjetavel 4mg/2ml	300	AM
Dalteparina 12.500 ui/ml	400	UN
Deslanosido 0,2mg injetav 2ml	400	AM
Dexametasona 1mg/ml sus	300	FR
Dexametasona creme 10 gr	3500	TU
Dexclorfeniramina 0,4 mg/ml xl	3000	FR
Diosmina 450mg hesperidina 50m	6000	CR
Dipirona cafeinaisometept	3000	CR
Dipirona sodica 500 mg	50000	CR
Dipirona sodica 500 mg gotas l	4000	FR
Dipirona sodica,clor.prometazi	1500	CR
Dipropionato de betametasona	25	TU
Dispositivo intra-uterinotcu	500	UN
Eritromicina 500 mg	10000	CR
Eritromicina 50 mg/ml suspensl	300	FR
Espironolactona 100mg	1200	CR
Estreptoquinase 250.000 ui	50	AM
Fenitoinasodica 25mg	2000	FR
Flunarizinadiidroergocristina	1800	CR
Flunitrazepan 1mg	2000	CR
Furosemida 20mg injetavel 2ml	1300	AM
Glicose hipertonica 50%	1200	AM
Glucagon injetavel 1mg iv	1.000.000	AM
Hidroxido de aluminio 100ml	200	FR
Hidroxido de aluminio 300 mg	6000	CR
Ibuprofeno 200 mg	30000	CR

Insulina humana nph 100ui	1500	FR
Insulina humana reg. 100uil/ml	300	FR
Iodeto de potassio xarope 100l	300	FR
Irbezartanahidroclorotiazi	1000	CR
Levodopabenserazida 100 g	20000	CR
Levodopabenserazida 200 g	20000	CR
Levodopacarbidopa 200 50g	12000	CR
Losartanahidroclorotiazida	5600	CR
Macrogol 3350 com eletrolitos	600	UN
Mesalazina 1000mg	3000	CR
Mesalazina 400mg	5000	CR
Mesalazina 500mg	3000	CR
Mesalazina 800mg	3000	CR
Metformina 750mg	4000	CR
Metoclopramida 10 mg	15000	CR
Metoclopramida 10 mg injet 2ml	2000	AM
Metronidazol 400mg	25000	CR
Metronidazolsuspensao oral	800	FR
Naproxeno 500mg	2100	CR
Neomicina bacitracina	5000	TU
Nimesulida 100mg	9000	CR
Nimodipino 30 mg	4000	CR
Nistatinasuspensao 50 ml	300	FR
Nitrofurantoina 100mg	10000	CR
Nitrofuratoina 100mg	50000	CR
Nitrofurazona pomada 500 gr	60	P
Olanzapina 2,5mg	6800	CR
Olanzapina 5 mg	5000	CR
Omeprazol 20mg	300000	CR
Oxcarbazepina 300mg	3000	CR
Penicilina g procaina 400.000	400	AM
Pentoxifilina 400mg	3000	CR
Pipotiazina l4 100mg inj. 4ml	80	AM
Pirimetamina 25 mg	12000	CR
Prednisona 5mg	41800	CR
Risperidona 0,5 mg	6000	CR
Rosuvastatina 20mg	1800	CR
Salbutamol sol oral 120 ml	200	FR

Sertralina 25 mg	10000	CR
Shampoo zn	25	UN
Stiproxal shampoo	15	FR
Sulfadiazina de prata 400 gr	100	P
Sulfam. Trimetoprima 40 8mg	400	FR
Sulfato de atropina 0,50mg	300	AM
Tacrolimo 5mg	3000	CR
Tenoxicam 20 mg injetavel	300	AM
Topiramato 100mg	6000	CR
Tramadol paracetamol	2000	CR
Trazodona 100 mg	300	CR
Vitamina c	3000	CR
Zuclopentixol 200 mg injetavel	60	AM

Lote B – Materiais odontológicos

DESCRIÇÃO	QUANT	UN.
Algodão de roletes	50	UN
Avental de proteção para RX	10	UN
Brocas 3195 FF	05	UN
Brocas nº2068	05	UN
Brocas nº2135	05	UN
Brocas nº4137	05	UN
Brocas nº4138	05	UN
Brocas nº4138FF	05	UN
Brocas Pedra Arkansas branca (chama 4702)	05	UN
Brocas nº 1090	05	UN
Brocas nº 1092	05	UN
Brocas nº 1095	05	UN
Brocas nº 1014 HL	05	UN
Brocas nº 1016 HL	05	UN

Brocas nº1019	05	UN
Brocas nº1029	05	UN
Brocas nº 1043	05	UN
Brocas nº1046	05	UN
Brocas nº1036	05	UN
Brocas nº1112 F	05	UN
Brocas nº 1112 FF	05	UN
Brocas nº 2112	05	UN
Brocas nº 2134 FF	05	UN
Broca Tungstênio Corte Cruzado em Chama Fina Nº 302901	05	UN
Broca CA 006	05	UN
Broca CA 004	05	UN
Broca 018	05	UN
Broca 8	05	UN
Broca 014	05	UN
Broca 023	05	UN
Caneta baixa rotação kavo	03	UN
Carbono cx	05	CXS
CIV F pó e líquido	06	UN
CIV R pó e liquido	06	UN
Cuba rim	01	UN
Escova dental adulto (mais barata)	300	UN
Esponja Hemostaticacx	15	CXS
Flúor verniz	02	UN
Lamina de bisturi n°15	02	CXS
Macro modelo de Boca c/ escova gigante	02	UN
Mandril para disco de lixa	01	UN

Matriz de poliester	02	UN
Microbush c/100 un	12	UN
Moldeira Plástica N.02 Superior/ Inferior com 2 (Morelli)	02	UN
Moldeira Plástica N.03 Superior/ Inferior com 2 (Morelli)	02	UN
Moldeira Plástica N.04 Superior/ Inferior com 2 (Morelli)	02	UN
Moldeira Plástica N.05 Superior/ Inferior com 2 (Morelli)	02	UN
Moldeira Plástica N.06 Superior/ Inferior com 2 (Morelli)	02	UN
Moldeira Plástica N.07 Superior/ Inferior com 2 (Morelli)	02	UN
Moldeira Plástica N.08 Superior/ Inferior com 2 (Morelli)	02	UN
Pasta dental comum 50g	500	UN
Papel grau cirúrgico 200x100mm	03	UN
Placa de Vidro	01	UN
Pinça goiva	01	UN
Ponta de polimento para resina kit	01	UN
Porta algodão	01	UN
Saca Broca	02	UN
Suporte para coletor descarpak de 7 litros	10	UN
villevie	02	UN

2 - QUANTIDADE DE UNIDADES A SEREM COTADAS

2.1 - Os licitantes devem ofertar proposta para toda quantidade constante de cada item referente à licitação.

3 - DO PAGAMENTO

3.1 - Os pagamentos serão realizados após a análise da conformidade dos fornecimentos realizados, nos termos da minuta contratual.

Prefeitura Municipal de Divino, 06 de Junho 2017.

Luziane Piler Gonçalves
Pregoeira

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 097/2017

PREGÃO PRESENCIAL N.º 053/2017

ANEXO VI – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONDIÇÃO DE ME OU EPP

A empresa _____, inscrita no CNPJsob o nº _____, por intermédio de seu representante legal Sr.(a) _____, portador do Documento de Identidade nº _____, inscrito no CPF sob o nº _____ DECLARA, sob as penas da Lei, que cumpre os requisitos legais para qualificação como _____ (incluir a condição da empresa: Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), art. 3º da Lei Complementar n.º 123/2006 e que não está sujeita a quaisquer dos impedimentos do § 4º deste artigo, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 4 9 da citada lei.

Declaramos possuir restrição fiscal no(s) documento(s) de habilitação e pretendemos utilizar o prazo previsto no art. 43, § 1º da Lei Complementar nº. 123/06, para regularização, estando ciente que, do contrário, decairá o direito à contratação, estando sujeita às sanções previstas no art. 81, daLei nº 8.666/93.

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

_____ , _____ de _____ de 201_.

Assinatura (representante legal): _____

Qualificação: _____

ANEXO VII - MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO Nº ____ /201__.

O MUNICÍPIO DE DIVINO, inscrito no CNPJ sob o nº _____, com sede na _____, a seguir denominado MUNICÍPIO, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Gilvan Pinheiro de Faria, e a _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, estabelecida na _____, _____, Bairro _____, _____/___, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada por _____, _____, portador(a) da Cédula de Identidade nº _____, e inscrito(a) no CPF sob o nº _____, resolvem celebrar o presente Contrato, como especificado no seu objeto, em conformidade com o Processo Licitatório nº 097/2017, na modalidade Pregão Presencial nº 053/2017, do tipo menor preço,sob a regência da Lei Federal nº 10.520/02, Lei Federal nº 8.666/93 e demais legislação pertinente, mediante as cláusulas e condições a seguir pactuadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Do Objeto

Este Contrato tem como objeto o fornecimento de forma parcelada de medicamentos e materiais odontológicos.

Parágrafo Único - Integram este Contrato, como se nele estivessem transcritos, o Termo de Referência e a Proposta Comercial apresentada pela CONTRATADA, ambos constantes do Processo Licitatório n.º 097/2017, Pregão Presencial nº 053/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA – Do Acompanhamento e da Fiscalização

O acompanhamento e a fiscalização deste Contrato, assim como o recebimento e a conferência dos produtos serão realizados pela Secretaria Requisitante.

1º - Após conferência realizada pela Secretaria requisitante, averiguando a qualidade e quantidade do objeto contratado será expedido atestado de liquidação, que servirá como instrumento de avaliação do cumprimento das obrigações contratuais e constituirá documento indispensável para a liberação dos pagamentos.

2º - A CONTRATADA é obrigada a assegurar e facilitar o acompanhamento e a fiscalização deste Contrato pelo MUNICÍPIO, bem como permitir o acesso a informações que o mesmo considere necessária.

3º - O acompanhamento e a fiscalização de que trata esta cláusula não excluem nem reduzem a responsabilidade da CONTRATADA pelo correto cumprimento das obrigações decorrentes deste Contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA - Das Condições Gerais

São condições gerais deste Contrato:

I. Este Contrato regular-se-á pela legislação indicada no preâmbulo e pelos preceitos de direito público, aplicando-se, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, na forma do artigo 54, combinado com o inciso XII do artigo 55, todos da Lei nº 8.666/93.

II. O Contrato, bem como os direitos e obrigações dele decorrentes, não poderá ser subcontratado, cedido ou transferido, total ou parcialmente, nem ser executado em associação da CONTRATADA com terceiros, sem autorização prévia do MUNICÍPIO, por escrito, sob pena de aplicação de sanção, inclusive rescisão contratual.

III. Operações de reorganização empresarial, tais como fusão, cisão e incorporação, deverão ser comunicadas ao MUNICÍPIO e, na hipótese de restar caracterizada a frustração das regras disciplinadoras da licitação, ensejarão a rescisão contratual.

IV. Este Contrato não poderá ser utilizado, sem prévia e expressa autorização do MUNICÍPIO, em operações financeiras ou como caução/garantia em contrato ou outro tipo de obrigação, sob pena de aplicação de sanção, inclusive rescisão contratual.

V. O MUNICÍPIO e a CONTRATADA poderão restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, nos termos do artigo 65, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 8.666/93, por repactuação precedida de demonstração analítica do aumento ou diminuição dos custos, obedecidos os critérios estabelecidos em planilha de formação dos preços.

VI. O MUNICÍPIO reserva para si o direito de alterar quantitativos, sem que isso implique alteração dos preços unitários ofertados, obedecido o disposto no §1º do artigo 65 da Lei nº 8.666/93.

VII. O MUNICÍPIO reserva para si o direito de não aceitar ou receber qualquer produto ou serviço em desacordo com o previsto neste Contrato, ou em desconformidade com as normas legais ou técnicas pertinentes ao seu objeto, podendo rescindi-lo nos termos do previsto nos artigos 77 e seguintes da Lei nº 8.666/93, assim como aplicar o disposto no inciso XI do artigo 24 da referida norma, sem prejuízo das sanções previstas neste instrumento.

VIII. Qualquer tolerância por parte do MUNICÍPIO, no que tange ao cumprimento das obrigações ora assumidas pela CONTRATADA, não importará, em hipótese alguma, em alteração contratual, novação, transação ou perdão, permanecendo em pleno vigor todas as cláusulas deste Contrato e podendo o MUNICÍPIO exigir o seu cumprimento a qualquer tempo.

IX. Este Contrato não estabelece qualquer vínculo de natureza empregatícia ou de responsabilidade entre o MUNICÍPIO e os agentes, prepostos, empregados ou demais pessoas da CONTRATADA designadas para a execução do seu objeto, sendo a CONTRATADA a única responsável por todas as obrigações e encargos decorrentes das relações de trabalho entre ela e seus profissionais ou contratados, previstos na legislação pátria vigente, seja trabalhista, previdenciária, social, de caráter securitário ou qualquer outra.

X. A CONTRATADA, por si, seus agentes, prepostos, empregados ou qualquer encarregado, assume inteira responsabilidade por quaisquer danos ou prejuízos causados, direta ou indiretamente, ao MUNICÍPIO, seus servidores ou terceiros, produzidos em decorrência da execução do objeto deste Contrato, ou da omissão em executá-lo, resguardando-se ao MUNICÍPIO o direito de regresso na hipótese de ser compelido a responder por tais danos ou prejuízos.

CLÁUSULA QUARTA – Da Responsabilidade por Danos

A CONTRATADA responderá por todo e qualquer dano provocado ao MUNICÍPIO, seus servidores ou terceiros, decorrentes de atos ou omissões de sua responsabilidade, a qual não poderá ser excluída ou atenuada em função da fiscalização ou do acompanhamento exercido pelo MUNICÍPIO, obrigando-se, a todo e qualquer tempo, a ressarci-los integralmente, sem prejuízo das multas e demais penalidades previstas no presente Contrato.

§1º - Para os efeitos desta cláusula, dano significa todo e qualquer ônus, despesa, custo, obrigação ou prejuízo que venha a ser suportado pelo MUNICÍPIO, decorrentes do não cumprimento, ou do cumprimento deficiente, pela CONTRATADA, de obrigações a ela atribuídas contratualmente ou por força de disposição legal, incluindo, mas não se limitando, a pagamentos ou ressarcimentos efetuados pelo MUNICÍPIO a terceiros, multas, penalidades, emolumentos,taxas, tributos, despesas processuais, honorários advocatícios e outros.

§2º - Se qualquer reclamação relacionada ao ressarcimento de danos ou ao cumprimento de obrigações definidas contratualmente como de responsabilidade da CONTRATADA for apresentada ou chegar ao conhecimento do MUNICÍPIO, este comunicará a CONTRATADA por escrito para que tome as providências necessárias à sua solução, diretamente, quando possível, a qual ficará obrigada a entregar ao MUNICÍPIO a devida comprovação do acordo, acerto,pagamento ou medida administrativa ou judicial que entender de direito, conforme o caso, no prazo que lhe for assinalado. As providências administrativas ou judiciais tomadas pela

CONTRATADA não a eximem das responsabilidades assumidas perante o MUNICÍPIO, nos termos desta cláusula.

§3º - Quaisquer prejuízos sofridos ou despesas que venham a ser exigidas do MUNICÍPIO, nos termos desta cláusula, deverão ser pagas pela CONTRATADA, independentemente do tempo em que ocorrerem, ou serão objeto de ressarcimento ao MUNICÍPIO, mediante a adoção das seguintes providências:

a) dedução de créditos da CONTRATADA;

b) medida judicial apropriada, a critério do MUNICÍPIO.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

São condições de execução deste Contrato:

I. O objeto deste Contrato será executado dentro do melhor padrão de qualidade e confiabilidade, respeitadas as normas legais e técnicas a ele pertinentes e as especificações constantes do Termo de Referência, da Proposta Comercial da Contratada deste Contrato.

II. O fornecimento dos produtos será nas instalações da contratada, por meio deautorização de abastecimento enviadas no decorrer da vigência contratual e conforme a demanda do MUNICÍPIO.

III. OMUNICÍPIOsomente aceitará os produtos que estiverem em conformidade com as especificaçõesrequisitadas.

IV. A CONTRATADA deverápossuir permanente disponibilidade dos produtos ora contratados tendo em vista a necessidade permanente da Administração.

V. O recebimento e a conferência dos materiais serão feitos pela Secretaria Requisitante, a qual atestaráa entrega dos produtos nas condições exigidas, constituindo tal atestação requisito para a liberação dos pagamentos à CONTRATADA.

VI. O recebimento definitivo do objeto somente se efetivará com a atestação referida no item anterior.

VII. OMUNICÍPIOreserva para si o direito de não receber os materiais em desacordo com as especificações e condições constantes neste Contrato, podendo aplicar as sanções cabíveis.

CLÁUSULA SEXTA – Das Obrigações das Partes

I. A CONTRATADA obriga-se a:

a) observar, atender, respeitar, cumprir e fazer cumprir a legislação pátria vigente, especialmente a indicada no preâmbulo do presente Contrato, bem como as suas cláusulas, preservando o MUNICÍPIO de qualquer demanda ou reivindicação que seja de responsabilidade da CONTRATADA;

b) manter, durante toda a vigência deste Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar ao MUNICÍPIO, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a continuidade desta contratação, bem como substituir os documentos com prazo de validade expirado;

c) indicar ao MUNICÍPIO, imediatamente à assinatura deste Contrato e sempre que ocorrer alteração, um Preposto com plenos poderes para representá-la, administrativa ou judicialmente, assim como decidir acerca das questões relativas aos serviços, e atender aos chamados do Setor de Compras/Contratos,principalmente em situações de urgência, inclusive fora do horário normal de expediente, por meio de telefonia móvel ou outro meio igualmente eficaz;

d) fornecer números telefônicos, número de Pager ou outros meios igualmente eficazes, para contato do MUNICÍPIO com o Preposto, ainda que fora do horário normal de expediente, sem que isto gere qualquer custo adicional;

e) entregar os produtos objeto do contrato dentro das condições estabelecidas e respeitando o prazo máximo de 5 (cinco) dias a contar da data da emissão da ordem de fornecimento;

f) dirimir qualquer dúvida e prestar esclarecimentos acerca da execução deste Contrato, durante toda a sua vigência, a pedido do MUNICÍPIO;

g) cumprir os prazos previstos neste Contrato e outros que venham a ser fixados pelo MUNICÍPIO;

h) executar o Contrato responsabilizando-se pela perfeição técnica dos produtos entregues.

II. O MUNICÍPIO obriga-se a:

a) assegurar, respeitadas suas normas internas, o acesso do pessoal da CONTRATADA para tratar de assuntos do presente contrato;

b) rejeitar todo e qualquer material de má qualidade e em desconformidade com as especificações deste Contrato;

c) arcar com as despesas de publicação do extrato deste Contrato, bem como dos termos aditivos que venham a ser firmados;

d) atestar a execução do objeto contratado no documento fiscal correspondente;

e) efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA nas condições estabelecidas;

f) fiscalizar a execução do Contrato, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade daCONTRATADA pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas;

CLÁUSULA SÉTIMA - Do Preço e da Forma de Pagamento

O MUNICÍPIO pagará à CONTRATADA o valor total de R$ _____ (_____).

§1º- O pagamento à CONTRATADA somente será realizado mediante a efetiva entrega dos produtos nas condições especificadas neste Contrato, que será comprovada por meio de atestado de liquidação a ser expedido pela Secretaria Municipal de Transportes.

§2º- O pagamento será efetuado pela Secretaria de Fazenda do MUNICÍPIO no prazo de até 30 (trinta) dias após a apresentação da nota fiscal/fatura pela CONTRATADA e correspondente liquidação, a qual a apuração ocorrerá de forma quinzenal, desde que devidamente atestado o recebimento a qual ocorrerá mediante o regime de apuração na forma quinzenal.

§3º- A nota fiscal/fatura será emitida pela CONTRATADA em inteira conformidade com as exigências legais e contratuais, especialmente as de natureza fiscal, com destaque, quando exigíveis, das retenções tributárias e/ou previdenciárias.

§4º- O MUNICÍPIO, identificando quaisquer divergências na nota fiscal/fatura, deverá devolvê-la à CONTRATADA para que sejam feitas as correções necessárias, sendo que o prazo estipulado no parágrafo 2º acima será contado somente a partir da reapresentação do documento, desde que devidamente sanado o vício.

§5º- Os pagamentos devidos pelo MUNICÍPIO serão efetuados por meio de depósito em conta bancária a ser informada pela CONTRATADA ou, eventualmente, por outra forma que vier a ser convencionada entre as partes.

§6º- Nenhum pagamento será efetuado enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação por parte da CONTRATADA, sem que isto gere direito a alteração de preços, correção monetária, compensação financeira ou paralisação da execução do contrato.

§7º- Uma vez paga a importância discriminada na nota fiscal/fatura, a CONTRATADA dará ao MUNICÍPIO plena, geral e irretratável quitação da remuneração nela discriminada, para nada mais vir a reclamar ou exigir a qualquer título, tempo ou forma.

§8º- Todo pagamento que vier a ser considerado contratualmente indevido será objeto de ajuste nos pagamentos futuros ou cobrados da CONTRATADA.

CLÁUSULA OITAVA – Da Dotação Orçamentária

As despesas decorrentes desta contratação correrão por conta das dotações orçamentárias:

Ficha	0084	
Órgão:	02	PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
Unidade:	02.03	SECRETARIA MUNICIAPL DE SAUDE
Sub-Unidade:	02.03.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS
Funcional Programatica:	10.301.1001.2021	Manut.Fundo Municipal de Saude
Elemento da Despesa:	3.3.90.30.00	Material de Consumo
Ficha	0093	
Órgão:	02	PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
Unidade:	02.03	SECRETARIA MUNICIAPL DE SAUDE
Sub-Unidade:	02.03.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS
Funcional Programatica:	10.301.1001.2024	Pagtos Bens Serv. Saude Ordem Judic
Elemento da Despesa:	3.3.90.32.00	Material, Bem ou Serviço p/Dist.Gratuita
Ficha	00106	
Órgão:	02	PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
Unidade:	02.03	SECRETARIA MUNICIAPL DE SAUDE
Sub-Unidade:	02.03.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS
Funcional Programatica:	10.301.1003.2026	Manut.Prog.Saude da Familia-PSF
Elemento da Despesa:	3.3.90.30.00	Material de Consumo
Ficha	00140	
Órgão:	02	PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
Unidade:	02.03	SECRETARIA MUNICIAPL DE SAUDE
Sub-Unidade:	02.03.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS
Funcional Programatica:	10.302.1004.2030	Manut.ProntoAtend.Municipal-PAM
Elemento da Despesa:	3.3.90.30.00	Material de Consumo
Ficha	00161	

Órgão:	02	PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
Unidade:	02.03	SECRETARIA MUNICIAPL DE SAUDE
Sub-Unidade:	02.03.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS
Funcional Programatica:	10.303.1003.2033	Manut.Atend.Prog.Farmacia de Minas
Elemento da Despesa:	3.3.90.30.00	Material de Consumo
Fonte de Recurso:	1.02.00	Recursos Próprios - Saúde mínimo 15%
Ficha	00165	
Órgão:	02	PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
Unidade:	02.03	SECRETARIA MUNICIAPL DE SAUDE
Sub-Unidade:	02.03.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS
Funcional Programatica:	10.303.1003.2034	DistribuicaoMedic.Pessoas Carentes
Elemento da Despesa:	3.3.90.32.00	Material, Bem ou Serviço p/Dist.Gratuita

CLÁUSULA NONA – Do Prazo de Vigência

Este Contrato vigorará até 31/12/2017, a contar da data da sua assinatura, com eficácia legal a partir da publicação do seu extrato.

CLÁUSULA DÉCIMA - Da Alteração do Contrato

Este Contrato poderá ser alterado nos casos previstos no artigo 65 da Lei nº 8.666/93, desde que haja interesse do MUNICÍPIO, com a apresentação das devidas e adequadas justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Da Rescisão Contratual

O presente Contrato poderá ser rescindido:

I. Por ato unilateral e escrito do MUNICÍPIO, nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93.

II. Por acordo entre as partes, reduzido a termo.

III. Na forma, pelos motivos e em observância às demais previsões contidas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

§1º- Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados, assegurada à observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

§2º- Ocorrendo a rescisão deste Contrato e não sendo devida nenhuma indenização, reparação ou restituição por parte da CONTRATADA, o MUNICÍPIO responderá pelo preço estipulado na Cláusula Sétima, devido em face dos produtos efetivamente entregues pela CONTRATADA, até a data da rescisão.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Das Sanções

A CONTRATADA, deixando de entregar documento exigido, apresentando documentação falsa,ensejando o retardamento da execução do objeto, não mantendo a proposta, falhando ou fraudando na execução do Contrato, comportando-se de modo inidôneo ou cometendo fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com o MUNICÍPIO e, se for o caso, será descredenciada do Cadastro de Fornecedores do Município, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Contrato e demais cominações legais.

§1º - Ficam estabelecidos os seguintes percentuais de multas, aplicáveis quando do descumprimento contratual:

I. 0,3% (zero vírgula três por cento), por dia de atraso na execução do objeto, ou por dia de atraso no cumprimento de obrigação contratual ou legal, até o 30º (trigésimo) dia, calculados sobre o valor do Contrato, por ocorrência.

II. 10% (dez por cento) sobre o valor do Contrato, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias na execução do objeto ou no cumprimento de obrigação contratual ou legal, com a possível rescisão contratual.

III. 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, na hipótese de a CONTRATADA, injustificadamente, desistir do Contrato ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de descumprimento contratual, quando o MUNICÍPIO, em face da menor gravidade do fato e mediante motivação da autoridade superior, poderá reduzir o percentual da multa a ser aplicada.

§2º – O valor das multas aplicadas, após regular processo administrativo, será descontado dos pagamentos devidos pelo MUNICÍPIO.

§3º - As sanções previstas, em face da gravidade da infração, poderão ser aplicadas cumulativamente, após regular processo administrativo em que se garantirá a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Do Pagamento de Multas e Penalidades

Fica desde já ajustado que todo e qualquer valor que vier a ser imputado pelo MUNICÍPIO à CONTRATADA, a título de multa ou penalidade, reveste-se das características de liquidez e certeza, para efeitos de execução judicial, nos termos do art. 586 do CPC. Reveste-se das mesmas características qualquer obrigação definida neste Contrato como de responsabilidade daCONTRATADAe que, por eventual determinação judicial ou administrativa, venha a ser pagapelo MUNICÍPIO.

§1º- Para assegurar o cumprimento de obrigações definidas neste Contrato como de responsabilidade da CONTRATADA, o MUNICÍPIO poderá reter parcelas de pagamentoscontratuais ou eventuais créditos de sua titularidade, mediante simples comunicação escrita à CONTRATADA.

§2º- As multas e penalidades previstas neste Contratonão têm caráter compensatório, sendo que o seu pagamento não exime a CONTRATADAda responsabilidade pela reparação de eventuais danos, perdas ou prejuízos causados ao MUNICÍPIO por atos comissivos ou omissivos de sua responsabilidade.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – Da Vinculação Contratual

Este Contrato está vinculado de forma total e plenaao Processo Licitatório nº 097/2017, que lhe deu causa, exigindo-se, para sua execução, rigorosa obediência aoinstrumento convocatório e seus anexos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – Do Foro

As partes elegem o foro da Comarca de Divino, Estado de Minas Gerais, para dirimir eventuais conflitos de interesses decorrentes do presente Contrato, valendo esta cláusula como renúncia expressa a qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

E, por estarem de inteiro e comum acordo, as partesassinam o presente contrato em 2 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas)testemunhas.

DIVINO(MG), _____DE _____ de 2017.

Gilvan Pinheiro de Faria

Prefeito Municipal de DIVINO/MG

CONTRATANTE

_____

CONTRATADA

TESTEMUNHA(S):

1. Nome:

CPF:

2. Nome:

CPF: